

PARLAMENTO DO MERCOSUL

Parlamentar MARISA SERRANO

PROPOSTA DE ANTEPROJETO DE NORMA

MERCOSUL/PM/SO/ANT. NORMA Nº .../09

PONTOS DE CULTURA DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA: O art. 4, inciso 14, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, que atribui competência ao Parlamento para elaborar anteprojetos de normas orientados à harmonização das legislações dos Estados Partes, para serem encaminhados à consideração dos respectivos parlamentos nacionais;

A importância de que se reveste a adoção de políticas públicas harmonizadas de apoio à cultura pelos países da região.

CONSIDERANDO:

Que os Pontos de Cultura são instituições da sociedade civil que atuam com ações de cultura selecionadas por meio de editais públicos, cuja realização resulta da celebração de convênio com o órgão governamental competente;

Que os Pontos de Cultura devem funcionar como um instrumento de estímulo e articulação de ações e projetos já existentes nas comunidades, desenvolvendo ações continuadas em áreas como: de culturas populares, grupos étnico-culturais, patrimônio material, audiovisual e radiodifusão, culturas digitais, gestão e formação cultural,

pensamento e memória, expressões artísticas, e/ou ações transversais;

Que os Pontos de Cultura constituem, portanto, vínculos entre a Sociedade e o Estado, para possibilitar o desenvolvimento de ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, protagonismo e capacitação social.

O PARLAMENTO DO MERCOSUL APROVA O SEGUINTE ANTEPROJETO DE NORMA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009

Dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Cultura.

O órgão legislador nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a instituição do Programa Pontos de Cultura.

Art. 2º São considerados como Pontos de Cultura instituições que desenvolvam ações continuadas de cultura, em comunidades urbanas e rurais, em uma ou mais das seguintes áreas:

I – manifestações das culturas populares;

II – manifestações de grupos étnico-culturais;

III – preservação e conservação de patrimônio material e imaterial;

IV – produção e difusão de audiovisuais de natureza artística ou educativa;

V – produção e difusão de programas radiofônicos artísticos ou educativos;

VI – produção e difusão do livro e da leitura;

VII – produção e difusão de manifestações culturais por meio digital;

VIII – gestão e formação cultural;

IX – produção e difusão de expressões artísticas ou ações culturais transversais, ou ambas.

§ 1º Os Pontos de Cultura constituem elos entre a Sociedade e o Estado, com o objetivo de desenvolver ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, protagonismo e capacitação social.

§ 2º Os Pontos de Cultura articular-se-ão e formarão redes de Pontos de Cultura de natureza regional.

Art. 3º São objetivos do Programa Pontos de Cultura:

I – ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica;

II – ofertar equipamentos e meios de acesso à produção e à expressão cultural;

III – gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária.

Art. 4º O Programa Pontos de Cultura apoiará ações de:

I – promoção da cidadania, por intermédio de ações culturais;

II – promoção dos direitos culturais e da diversidade cultural;

III – democratização do acesso a bens e serviços culturais;

IV – fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos sócio-culturais de incorporação de populações excluídas e vulneráveis;

V – fortalecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida de populações tradicionais;

VI – valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;

VII – incorporação de jovens ao mundo do trabalho cultural;

VIII – capacitação e valorização dos trabalhadores da cultura;

IX – desenvolvimento da habilidade e do hábito da leitura e da escrita;

X – promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão cultural; e

XI – fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para empreendimento, planejamento e gestão de micro, pequenos e médios negócios na área cultural.

Parágrafo único. O Programa Pontos de Cultura alcançará prioritariamente as comunidades com índices significativos de violência, baixa escolaridade e outros indicadores de baixo desenvolvimento.

Art. 5º Os Pontos de Cultura receberão recursos públicos para a execução de programas culturais, obedecidos os objetivos e condições desta Lei.

§ 1º Os recursos para o financiamento dos Pontos de Cultura constarão do orçamento do órgão encarregado pela política cultural.

§ 2º Os editais de seleção pública e o contrato com a entidade executora do Ponto de Cultura estabelecerão:

I – as condições de gestão dos recursos, obedecidos os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; e

II – as penalidades de natureza pecuniária e administrativa, sem prejuízo das sanções legais existentes.

Art. 6º Para fins de execução do Programa Pontos de Cultura, o órgão responsável pela política cultural firmará convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública assim como estabelecerá parcerias com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado, sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação pertinente, podendo, inclusive, utilizar-se dos mecanismos de incentivo fiscal.

Art. 7º Para fins deste Programa serão reconhecidos como Pontos de Cultura as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, de natureza cultural.

§1º Poderão ser reconhecidos como Pontos de Cultura organizações não-governamentais, associações, sindicatos, cooperativas, fundações privadas, escolas caracterizadas como comunitárias, associações de pais e mestres, ou organizações tituladas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Organizações Sociais e congêneres.

§ 2º É vedada a habilitação como Pontos de Cultura de pessoas físicas, instituições com fins lucrativos, instituições de ensino, pesquisa, e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos e suas mantenedoras, fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas ou serviços sociais.

§ 3º O reconhecimento da instituição como Ponto de Cultura será efetuado após seleção pública, prévia e amplamente divulgada.

§ 4º Os Pontos de Cultura selecionados terão projetos aprovados por três anos, mediante contrato específico assinado entre a instituição e o ente público promotor do programa.

§ 5º A assinatura de convênios, acordos, contratos, termos de compromisso e outros instrumentos, entre o poder público e as instituições privadas obedecerão aos princípios administrativos vigentes.

§ 6º O desembolso de recursos para os Pontos de Cultura obedecerá a cronograma específico, condicionado à avaliação continuada e ao cumprimento de plano previamente aprovado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parlamentar **MARISA SERRANO**



PARLAMENTO DEL MERCOSUR
Parlamentaria MARISA SERRANO

PROPUESTA DE ANTEPROYECTO DE NORMA

MERCOSUR/PM/SO/ANT. NORMA N º .../09

PUNTOS DE CULTURA DEL MERCOSUR

TENIENDO EN VISTA: El art. 4, inciso 14, del Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR, que atribuye competencia al Parlamento para elaborar anteproyectos de normas orientados a la armonización de las legislaciones de los Estados Partes, para sean encaminados a la consideración de los respectivos parlamentos nacionales;

La importancia de que se reviste la adopción de políticas públicas armonizadas de apoyo a la cultura por los países de la región.

CONSIDERANDO:

Que los Puntos de Cultura son instituciones de la sociedad civil que actúan con acciones de cultura seleccionadas mediante editales públicos, cuya realización resulta de la celebración de convenio con el órgano gubernamental competente;

Que los Puntos de Cultura deben funcionar como un instrumento de estímulo y articulación de acciones y proyectos ya existentes en las comunidades, desarrollando acciones continuadas en áreas como: de culturas populares, grupos étnico-culturales, patrimonio material, audiovisual y radiodifusión, culturas digitales, gestión y formación cultural, pensamiento y memoria, expresiones artísticas, y/o acciones transversales;

Que los Puntos de Cultura constituyen, por lo tanto, vínculos entre la Sociedad y lo Estado, para posibilitar el desarrollo de acciones culturales sustentadas por los principios de la autonomía, protagonismo y capacitación social.

EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR APRUEBA EL SIGUIENTE ANTEPROYECTO DE NORMA

PROYECTO DE LEY N º , DE 2009

Dispone sobre la institución del Programa Puntos de Cultura.

El órgano legislador nacional decreta:

Art. 1º Esta Ley dispone sobre la institución del Programa Puntos de Cultura.

Art. 2º Son considerados como Puntos de Cultura instituciones que desarrollen acciones continuadas de cultura, en comunidades urbanas y rurales, en una o más de las siguientes áreas:

I – manifestaciones de las culturas populares;

II – manifestaciones de grupos étnico-culturales;

III – preservación y conservación de patrimonio material e inmaterial;

IV – producción y difusión de audiovisuales de naturaleza artística o educativa;

V – producción y difusión de programas radiofónicos artísticos o educativos;

VI – producción y difusión del libro y de la lectura;

VII – producción y difusión de manifestaciones culturales por medio digital;

VIII – gestión y formación cultural;

IX – producción y difusión de expresiones artísticas o acciones culturales transversales, o ambas.

§ 1º Los Puntos de Cultura constituyen eslabones entre la Sociedad y lo Estado, con el objetivo de desarrollar acciones culturales sustentadas por los principios de la autonomía, protagonismo y capacitación social.

§ 2º Los Puntos de Cultura se articularán y formarán redes de Puntos de Cultura de naturaleza regional.

Art. 3º Son objetivos del Programa Puntos de Cultura:

I – ampliar el acceso a los bienes y servicios culturales y medios necesarios para la expresión simbólica;

II – ofertar equipamientos y medios de acceso a la producción y a la expresión cultural;

III – generar oportunidades de trabajo, empleo y renta para trabajadores, micro, pequeñas y medianas empresas y emprendimentos de la economía solidaria.

Art. 4º El Programa Puntos de Cultura apoyará acciones de:

I – promoción de la ciudadanía, por intermedio de acciones culturales;

II – promoción de los derechos culturales y de la diversidad cultural;

III – democratización del acceso la bienes y servicios culturales;

IV – fortalecimiento de experiencias culturales desarrolladas por agentes y movimientos socio-culturales de incorporación de poblaciones excluidas y vulnerables;

V – fortalecimiento de los saberes, de los hacieres, de los cultivos y de los modos de vida de poblaciones tradicionales;

VI – valorización de la infancia, adolescencia y juventud por medio de la cultura;

VII – incorporación de jóvenes al mundo del trabajo cultural;

VIII – capacitación y valorización de los trabajadores de la cultura;

IX – desarrollo de la habilidad y del hábito de la lectura y de la escrita;

X – promoción de programas de capacitación y cualificación del acceso a las tecnologías de la información para la producción y difusión cultural; y

XI – fomento a la creación de estructuras locales y asesorías técnicas para emprendimento, planificación y gestión de micro, pequeños y medianos negocios en el área cultural.

Párrafo único. El Programa Puntos de Cultura alcanzará prioritariamente las comunidades con índices significativos de violencia, baja escolaridad y otros indicadores de bajo desarrollo.

rt. 5º Los Puntos de Cultura recibirán recursos públicos para la ejecución de programas culturales, obedecidos los objetivos y condiciones de esta Ley.

§ 1º Los recursos para el financiamiento de los Puntos de Cultura constarán del presupuesto del órgano encargado por la política cultural.

§ 2º Los editales de selección pública y el contrato con la entidad ejecutora del Punto de Cultura establecerán:

I – las condiciones de gestión de los recursos, obedecidos los principios de legalidad, impersonalidad, moralidad, publicidad y eficiencia; y

II – las penalidades de naturaleza pecuniaria y administrativa, sin perjuicio de las sanciones legales existentes.

Art. 6º Para fines de ejecución del Programa Puntos de Cultura, el órgano responsable por la política cultural firmará convenios, acuerdos, ajustes u otros instrumentos congéneres con órganos y entidades de la administración pública así como establecerá sociedades con consorcios públicos, entidades de derecho público o privado, sin fines lucrativos, nacionales o extranjeras, observada la legislación pertinente, podiendo, inclusive, utilizarse de los mecanismos de incentivo fiscal.

Art. 7º Para fines de este Programa serán reconocidos como Puntos de Cultura las personas jurídicas de derecho privado sin fines lucrativos, de naturaleza cultural.

§1º Podrán ser reconocidos como Puntos de Cultura organizaciones no gubernamentales, asociaciones, sindicatos, cooperativas, fundaciones privadas, escuelas caracterizadas como comunitarias, asociaciones de padres y maestros, u organizaciones tituladas como Organizaciones de la Sociedad Civil de Interés Público, Organizaciones Sociales y congéneres.

§ 2º Es vedada la habilitación como Puntos de Cultura de personas físicas, instituciones con fines lucrativos, instituciones de enseñanza, investigación, y desarrollo institucional, públicas o privadas, con o sin fines lucrativos y sus mantenedoras, fundaciones e institutos creados o mantenidos por empresas o grupos de empresas o servicios sociales.

§ 3º El reconocimiento de la institución como Punto de Cultura será efectuado tras selección pública, previa y ampliamente divulgada.

§ 4º Los Puntos de Cultura seleccionados tendrán proyectos aprobados por tres años, mediante contrato específico firmado entre la institución y el ente público promotor del programa.

§ 5º La firma de convenios, acuerdos, contratos, términos de compromiso y otros instrumentos, entre el poder público y las instituciones privadas obedecerán a los principios administrativos vigentes.

§ 6º El desembolso de recursos para los Puntos de Cultura obedecerá a cronograma específico, condicionado a la evaluación continuada y al cumplimiento de plano previamente aprobado.

Art. 7º Esta Ley entra en vigor en la fecha de su publicación.

Parlamentaria **MARISA SERRANO**